

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social -**
2 **SEDS/PR**
3 **Secretaria Executiva dos Conselhos - SEC**
4 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 5º Andar Bloco 'C' -**
5 **Palácio das Araucárias**
6 **CEP 80530-915**
7 **Curitiba - Paraná**



8 **Assembleia Ordinária**

9 **CEAS/PR - 07 e 08/11/2013**

10 Aos oito dias do mês de novembro do ano de 2013, às 8h30min em primeira convocação, no 7º
11 andar da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS - Palácio das
12 Araucárias situado à rua Jacy Loureiro de Campos s/nº - Centro Cívico em Curitiba - PR,
13 estiveram reunidos os Conselheiros que integram o **Conselho Estadual de Assistência**
14 **Social - CEAS/PR**, especialmente convocados para essa ocasião. Nesse primeiro momento,
15 encontravam-se presentes os Conselheiros Pedro Holmann (Assoc. De Moradores de
16 Encantado do Oeste), Artur dos Santos Andrade (Núcleo de Ação Solidária a AIDS - NASA),
17 Atáise Vilas Boas Maronese (NUCRESS), Laura Moreira de Souza (CRESS - 11º - Região -
18 Cornélio Procópio), Carla Muller (NUCRESS), Plínio M. Madureira (APAE de Jacarezinho),
19 Gisele Mackert (CRESS), Franciele Shimtzt (SEDS - Francisco Beltrão), Eugênio Demczuk
20 (Asilo Santa Rita de Irati), Delvana Oliveira (SEED), Maria Auxiliadora M. De Lima
21 (PAIF/CRAS), Edite Rocha (CEASA - SEAB), Lindalane Casas (COHAPAR), Marli Aparecida V.
22 Mussulini (SETS), Marcela Evangelista (SEDS), Inês Roseli S. Tonello (APAE de Francisco
23 Beltrão). Atendendo as normativas contidas no Regimento Interno, a **Presidente Inês Roseli**
24 procedeu a abertura dessa Assembleia através de uma carinhosa saudação aos Conselheiros.
25 Assegurou que a fé é a maior força da alma e essa aliada à responsabilidade e
26 comprometimento, fariam com que as atividades de todos os membros do CEAS, certamente
27 seriam proíficas. Numa 2ª Convocação, a Presidente confirmou a presença do grupo de
28 Conselheiros, através de auto - apresentação - Marli - Maria Auxiliadora - Pedro - Artur -
29 Atáise - Carla - Laura - Eugênio - Plínio - Gisele - Roseli - Franciele - Delvana - Edite -
30 Marcela - Lisalane - Renata - Olinda e Daiana, totalizando **19 Conselheiros**. Celebrando o
31 início da primeira Assembleia após a X Conferência Estadual de Assistência Social, a
32 **Presidente Roseli** parabenizou a todos pelo êxito que preponderou, num espaço democrático
33 de prestação de contas dos trabalhos realizados. A mesa Diretiva agradeceu os servidores da
34 Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, pelo comprometimento e colaboração
35 emprestados, que fizeram dessa Conferência um evento grandioso. Na sequência, a Presidente
36 convidou a **Conselheira Franciele (SEDS de Francisco Beltrão)** para compartilhar da Mesa
37 Diretiva, representando o segmento governamental. Essa, ao agradecer informou que
38 representaria então a Titular **Conselheira Luciana (SEDS de Ponta Grossa)**. **Apreciação**
39 **da pauta** - Aprovada, sem inclusões. **Apreciação das atas** - Ordinária e Extraordinária de
40 **Setembro** - Extraordinária referente a **outubro** - Aprovadas todas as atas referidas, sem
41 alterações. **Informes da Secretaria Executiva** - Helena Navarro Gimenez.* 21/10/03 OFÍCIO
42 44/2013 - CMAS CAMPO MOURÃO - SOLICITA EXPLICAÇÕES COM REFERÊNCIA À VAGA
43 DO SEGMENTO GOVERNAMENTAL. *21/10/13 OFÍCIO 053/2013/SE/CNAS/MDS - MDS -
44 SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ORIENTANDO
45 QUANTO A ATUAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM

46 RELAÇÃO. *21/10/13 PROCESSO 12.146.255-9 – DESPACHANTE KAMEI – SOLICITA
47 DEVOLUÇÃO DE RECURSODEPOSITADO. *22/10/13 MEMO 379/2013 – ER MARINGÁ –
48 PARECER TÉCNICO REFERENTE A DENÚNCIA SOBRE FUNCIONAMENTO DO CRAS E
49 CREAS E PROJÓVEM DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA. *22/10/13 Of. 0639/2013 5º
50 CCV – TJ – MANDADO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL
51 REFERENTE À DEL. 48/2013 CEAS. *31/10/13 MEMO 398/13 – ER MARINGÁ – ENVIA
52 RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA DA ENTIDADE – INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO E
53 INTEGRAÇÃO SOCIAL – ICIS – EM RESPOSTA AO OFÍCIO 147/2013. *No dia 30/10 a
54 Conselheira Cidete da Sesa informa que não poderá participar da reunião de novembro do
55 CEAS em virtude de férias e que no mês de dezembro também estará impossibilitado, tendo em
56 vista a sua participação em seminário em Brasília, nos dias 4,5 e 6/12. Informa que a sua
57 titular retornará as atividades em dezembro. *No dia 30/10 a conselheira Patrícia Reis
58 justificou ausência na reunião de novembro em virtude de viagem a trabalho. *A Conselheira
59 Adriana informou no dia, 31/10 que não poderá estar presente na reunião e informa que sua
60 suplente estará presente. * A Conselheira Luciana informou que no dia 31/10 que não poderá
61 estar presente na reunião, em virtude de férias e informou que sua suplente estará presente. *
62 O Conselheiro Leandro informou que também não poderá estar presente na reunião em virtude
63 de suas férias. Na sequência, foi informado pela **Presidente Inês Roseli** que o Município de
64 Rio Branco do Sul entrou com um mandado de segurança contra o Conselho, com referência a
65 uma construção de CRAS. Para esse assunto, o Núcleo Jurídico da Administração – SEDS já
66 tomou providências, encaminhando resposta. **Relatos das Comissões. Comissão de**
67 **acompanhamento aos CMAS Secretária Executiva Helena, 1) Planilha Censo**
68 **Conselhos 2012:** A planilha será apresentada na próxima reunião de forma mais resumida e
69 em gráficos para facilitar a apresentação. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:**
70 **Ciente. 2) dúvidas do município de Araucária sobre composição do CMAS:** O CMAS de
71 Araucárias encaminha ofício com dúvidas em relação à composição do Conselho,
72 especificamente no que se refere à composição dos trabalhadores do setor, pois todos no
73 município possuem vinculação com a gestão pública. **Parecer da Comissão:** Encaminhar
74 ofício ao CMAS esclarecendo que os trabalhadores do setor devem representar os órgãos de
75 classe ou sindicatos e podem ser trabalhadores da gestão municipal, desde que não tenham
76 cargo em comissão ou chefia. Reforçar ao município que o CMAS deve ser composto com os
77 três segmentos da sociedade civil: entidades, trabalhadores e usuários. **Parecer do CEAS:**
78 **Aprovado. 3) Ofício nº57/2013/SE/CAC/PRES/CNAS/MDS: CMAS de Mercedes:** O CNAS
79 encaminhou para ciência e possíveis providência do CEAS, os encaminhamentos realizados
80 pela Procuradoria da República no que se refere às pendências identificadas no Censo
81 Conselho 2012 sobre o funcionamento do CMAS de Mercedes. O município de Mercedes
82 respondeu à Procuradoria e ao Conselho Nacional que o CMAS está funcionando de acordo
83 com as normativas vigentes do SUAS e salientou que o horário de funcionamento da
84 SEC/CMAS é 5 dias na semana, 8h/dia.
85 Ainda salientou que o órgão gestor garante recursos para a manutenção do Conselho, mesmo
86 que essa previsão orçamentária não esteja garantida na LOA e no Demonstrativo de Despesas
87 do município. **Parecer da Comissão:** Encaminhar ofício ao município solicitando que a

88 manutenção do CMAS esteja prevista na previsão orçamentário 2014 do município e reforçar a
89 orientação sobre o horário de funcionamento da Secretaria Executiva. **Parecer do CEAS:**
90 **Aprovado.** Registrada a chegada do **Conselheiro Nircélio Zobot**, Coordenador do setor de
91 Renda e Cidadania, (SEDS). **Comissão Temporária de Organização da X Conferência**
92 **Estadual de Assistência Social. Sec. Executiva Helena Navarro Gimenez. - 1) Chefe de**
93 **delegação da IX Conferência Nacional de Assistência Social:** De acordo com o Informe
94 nº11 do CNAS, o CEAS deverá indicar dois chefes de delegação do Estado para a IX
95 Conferência Nacional, sendo 1 da sociedade civil e 1 governamental. **Parecer da Comissão:** A
96 Comissão indica o conselheiro Plínio Marcondes Madureira como chefe de delegação da
97 sociedade civil e Marli Mussulini como chefe de delegação dos governamentais. **Parecer do**
98 **CEAS: Aprovado. 2) Confirmação de presença dos conselheiros do CEAS na IX**
99 **Conferência Nacional: Parecer da Comissão:** Os conselheiros titulares da sociedade civil do
100 CEAS/R confirmam presença na IX Conferência Nacional de Assistência Social, sendo eles:
101 Ataíse, Vanderlei, Adriana, Plínio e Inês Roseli. **Parecer do CEAS: Aprovado. 3) Estande**
102 **para a IX Conferência Nacional de Assistência Social:** De acordo com o Informe
103 nº11/2013 do CNAS, será disponibilizado um espaço para estande compartilhado entre órgão
104 gestor e CEAS nos dias 16,17,18 e 19/12 no Centro de Convenções Ulysses Guimarães – local
105 de realização da IX Conferência Nacional. A Secretaria Executiva relatou que a SEDS
106 encaminhará como será realizada a apresentação das ações da SEDS no espaço do Estande.
107 **Parecer da Comissão:** A Comissão sugere que também seja realizada uma apresentação em
108 slides na tela do computador do estande, e averiguar junto à Assessoria de Comunicação da
109 SEDS a confecção dos folders da campanha do FEAS. **Parecer do CEAS: Aprovado. 4)**
110 **Informe da reunião trimestral do CNAS no dia 25/10/13 em Brasília - DF:** A Secretária
111 Executiva do CEAS relatou a reunião trimestral do CNAS realizada com os CEAS em Brasília –
112 DF no dia 25/10/13, sendo que a pauta de discussão dessa reunião foi exclusiva sobre a IX
113 Conferência Nacional de Assistência Social. Nessa reunião, foi apresentado e lido na íntegra o
114 Informe nº11/2013 do CNAS sobre a IX Conferência. Também foi oportunizado aos Conselhos
115 um breve relato sobre a avaliação das Conferências Estaduais de Assistência Social. **Parecer**
116 **da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS: Ciente. 5) Protocolado nº13.002-369-0: Ofício**
117 **nº44/2013 do CMAS de Campo Mourão:** O CMAS e o Órgão Gestor de Campo Mourão
118 encaminharam o ofício nº44/2013 questionando sobre a ausência de vaga governamental ao
119 município para a Conferência Estadual, sendo que no dia 25/06 o município recebeu um
120 comunicado do Escritório Regional encaminhando planilha em que constava uma vaga para
121 representante governamental do município. A Secretária Executiva do CEAS mostrou aos
122 conselheiro cópia do e-mail do CEAS enviado em maio/2013 a todos os Conselhos Municipais,
123 inclusive o de Campo Mourão, com o Informe nº03/2013 do CEAS o qual encaminha a planilha
124 definitiva com a divisão de vagas para as Conferências Regionais e Estadual. **Parecer da**
125 **Comissão:** encaminhar ofício ao município enfatizando que o processo de organização das
126 Conferências é desencadeado pelo CNAS, CEAS e CMAS, assim, a instância municipal deve
127 acompanhar as deliberações e Informes Nacionais e Estaduais, enfatizar também que o
128 Escritório encaminhou a versão preliminar de divisão de vagas e que posteriormente ela foi
129 readequada, garantindo a paridade entre as representações. Será necessário esclarecer que

130 todos os municípios tiveram direito à participação na Conferência, inclusive por meio das 80
131 vagas destinadas para observadores. **Parecer do CEAS: Aprovado. 6) Solicitação de**
132 **Justificativa de ausência aos delegados que não compareceram na X Conferência**
133 **Estadual: Parecer da Comissão:** Em decorrência das ausências na X Conferência Estadual e
134 que os delegados municipais assinaram termo de compromisso se responsabilizando pelos
135 gastos do Estado visando garantir a presença dos delegados no referido evento, será
136 encaminhado um ofício aos Escritórios Regionais solicitando o envio das justificativas de
137 ausência. **Parecer do CEAS: Aprovado.** Foi relatado pela Secretária Executiva do Conselho,
138 que a confirmação de presença dos Conselheiros Governamentais para a Conferência Nacional
139 será verificada posteriormente. No entanto, da Sociedade Civil, as vagas foram postas por
140 sorteio. Estarão presentes os **Conselheiros Ataise, Adriana, Vanderlei, Plínio e Inês**
141 **Roseli.** Registrada a chegada do **Conselheiro Moisés Saura,** representante da Procuradoria
142 Geral do Estado – PGE. Dirigindo-se ao plenário, a **Conselheira Presidente Ines Roseli** veio
143 a lembrar que, caso os folders orientativos sobre as taxas do DETRAN estivessem prontos,
144 poderiam ser utilizados na Conferência Nacional, em Brasília. Já a **Conselheira Marli**
145 ressaltou a sugestão de vincular as fotos dos eventos realizados nos Municípios, nas
146 Conferências Regionais, anexos às matérias inseridas no telão do estande, em Brasília. A
147 **Secretária Helena** esclareceu que o espaço reservado ao Paraná é pequeno e não dispõe de
148 telão. Além do mais, seria mais produtivo expandir informações sobre a Política, mas mesmo
149 assim encaminhará a sugestão para a Assessoria Técnica. **Registrada a chegada da**
150 **Coordenadora Tatiana (Gestão do SUAS/SEDS).** No intuito de melhor esclarecer, a
151 Secretária Helena informou que continua recebendo declarações e atestados médicos que
152 acompanham as justificativas de ausência na Conferência Estadual. Em seguida, a **Presidente**
153 **Roseli** afiançou que todos assinaram um termo de compromisso, tanto para a Conferência
154 Estadual, quanto para a Nacional. As passagens aéreas serão emitidas e o termo assinado
155 deverá ser respeitado. Por outro lado, o CNAS emitirá uma declaração de colaborador
156 eventual e os chefes das delegações deverão tê-los em mãos no momento do credenciamento,
157 evitando assim aborrecimentos desnecessários. **Comissão de revisão do Regimento Interno**
158 **- Secretária Helena Gimenez - 1) Proposta de regulamento de eleição da sociedade**
159 **civil organizada:** A Comissão discutiu sobre a minuta do Regulamento de eleição da sociedade
160 civil organizada para o próximo biênio do CEAS/PR encaminhado anteriormente pela
161 Secretaria Executiva do CEAS. **Parecer da Comissão:** A Comissão discutiu sobre a
162 possibilidade em realizar dois momentos de eleição, o primeiro reunindo os segmentos
163 interessados no Escritório Regional para eleição de 3 representantes da regional (1 usuário, 1
164 trabalhador e 1 entidade) e o segundo momento, eleição na macrorregional. Esse formato ainda
165 será discutido e amadurecido no Conselho, pois o que se quer garantir é a representatividade
166 das regiões do Estado do Paraná no Conselho, com a presença de municípios de Pequeno Porte
167 I. **Parecer do CEAS: APROVADO. 2) Protocolado nº12.168.408-0: informações sobre as**
168 **5 macrorregiões da SEDS.** A Comissão analisou o retorno da Assessoria Técnica da SEDS em
169 que foi informado que a divisão das macrorregiões da SEDS foi realizada por meio de critério
170 territorial, facilitando a logística para as capacitações no Estado. **Parecer da Comissão:** A
171 Comissão fez uma nova divisão de 5 macrorregiões, estabelecendo como critérios os números

172 de municípios agrupados por macro e a proximidade territorial, ficando assim constituída:
173 Macrorregião 1: Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Irati e União da Vitória. Macrorregião 2:
174 Maringá, Paranaíba, Cianorte e Umuarama. Macrorregião 3: Londrina, Apucarana, Ivaiporã,
175 Cornélio Procópio e Jacarezinho. Macrorregião 4: Cascavel, Campo Mourão, Foz do Iguaçu e
176 Toledo. Macrorregião 5: Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Pitanga, Francisco Beltrão e Pato
177 Branco. **Parecer do CEAS: Aprovado . Registrada a chegada dos Conselheiros Gladys e**
178 **Nircélio Zabet.** A Secretária Helena explicitou que o objetivo maior no presente momento é a
179 regulamentação da eleição da Sociedade Civil Organizada, tarefa essa que trouxe alguma
180 insegurança para as decisões da Comissão. Essa aprovação deverá ocorrer no máximo até
181 dezembro, com a sequente e rápida divulgação, já que a eleição será em abril. Assim, a
182 principal tarefa do Conselho é realizar esse estudo, analisando as propostas vindas do FOREAS
183 – Curitiba. Solicitou a contribuição de todos, já que é uma incumbência do CEAS/PR. Diante do
184 exposto, a **Presidente Roseli** instruiu que no dia anterior foi desenvolvido um amplo debate,
185 com a Sociedade Civil trazendo as discussões das suas bases, com grandes nós para serem
186 desatados. Vários fatores foram levantados, devendo ser muito democráticos, com uma
187 permeabilidade expressiva e contemplando todas as regiões. Alertou ainda que esse assunto
188 não poderá se estender da próxima reunião, sendo que na primeira Assembleia do ano já
189 deverá se investir no processo de socialização, visando não atrasar a posse dos novos
190 Conselheiros. **Relato das Comissões Permanentes. Comissão de Gerenciamento do**
191 **Fundo – Conselheira Marcela, 1.1 – Relato da Comissão de Reordenamento dos**
192 **Serviços de Acolhimento Institucional:** A técnica da Coordenadora de Proteção Social
193 Especial Mara, relatou que o Plano Estadual de Reordenamento do Acolhimento Institucional
194 foi pactuado na CIB no dia 29/10/13, como subsidio para os trabalhos da Comissão de
195 Reordenamento criada na referida reunião, para a qual, o CEAS deverá indicar
196 representantes. **PARECER DA COMISSÃO: CIENTE.** Houve um esclarecimento da **técnica**
197 **Carmem Zadra (SEDS)**, informando sobre a constituição de 2 Comissões, cuja função seria
198 colaborar na Construção do Plano Estadual de Acolhimento Institucional dentro da Deliberação
199 23/ CNAS. É tarefa árdua, embora já existia um estudo desenvolvido em reuniões mensais. Vale
200 dizer que existe um prazo para provocar esse reordenamento, já tendo ocorrido um processo
201 de reavaliação dos recursos a serem dispendidos. Da referida Comissão, já fazem parte
202 representantes da CIB (Gestores), integrantes da PSE, faltando a participação do CEAS/PR. *
203 Indicadas as Conselheiras Maria Auxiliadora e Delvana (SEED). **PARECER CEAS: Ciente. 1.2**
204 **- Protocolo nº 12.168.446-2 - Solicitação de recursos do Centro de Reintegração e**
205 **Valorização da Vida – C.R.V.V. -** O processo será encaminhado para Coordenação de
206 Proteção Social Especial para análise do solicitado. **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO.**
207 **PARECER CEAS: Aprovado. 1.3 – Protocolado nº 12.123.023-2 - Solicitação de**
208 **recursos Casa Lar Doce Lar:** O processo retornou da Coordenação de Proteção Social
209 Especial com o parecer solicitado, informando que não há previsão orçamentária para o
210 cofinanciamento estadual para construção de um serviço de acolhimento institucional para
211 crianças e adolescentes, e que o referido projeto seja pautado no Conselho Municipal da
212 Criança e do Adolescente, do município de São João do Ivaí. **PARECER DA COMISSÃO:**
213 **APROVADO. PARECER CEAS: aprovado. 1.4 – Ofício nº 373/2013 da SMAS de**

214 **Itambaracá:** A SMAS de Itambaracá, encaminha ofício solicitando recursos financeiros para
215 construção de CRAS no município, tendo em vista que atualmente, o mesmo conta com uma
216 Unidade alugada, cujo espaço é precário e não garante a privacidade no atendimento ao
217 usuário e na execução dos serviços. **PARECER DA COMISSÃO:** A Comissão sugere que o
218 ofício seja encaminhado à CPSB para parecer quanto a solicitação do município, tendo em
219 vista que no Censo 2012 o CRAS constava como imóvel alugado e adequado, e por essa razão o
220 município não foi contemplado na expansão de 2013, mas no decorrer do exercício de 2012, o
221 CRAS mudou para outro imóvel alugado, que não tem condições de atendimento. A técnica do
222 município foi orientada a entrar com o pedido no Edital nº 15/2013 - SEDS - Expansão CRAS
223 2014. **PARECER CEAS: Aprovado. 1.5 - Protocolado nº 12.189.617-6: Solicitação de**
224 **informações do CMAS de Curitiba:** O CMAS de Curitiba encaminha o ofício nº 72/2013,
225 solicitando posicionamento deste Conselho Estadual no sentido de informar sobre a
226 possibilidade e prazos para repasse continuado ao fundo municipal, na composição dos
227 recursos para execução das ações na perspectiva de atender mais e melhor os usuários do
228 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Curitiba. **PARECER DA COMISSÃO:**
229 A CPSB informou que o município de Curitiba foi contemplado com recursos no valor total de
230 R\$ 115.000,00, para implementação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família -
231 PAIF, o qual será repassado fundo a fundo conforme Deliberação nº 80/2013 - junto ao CEAS.
232 A Comissão sugere ainda, que seja complementado o ofício com a seguinte redação: "Após 10
233 anos da instituição do Sistema Único de Assistência Social e do fortalecimento da Política
234 Nacional de Assistência Social, em 17/04/13, foi aprovada a Lei nº 17.544, que autoriza a
235 transferência automática e regular de recursos fundo a fundo, do Fundo Estadual de
236 Assistência Social do Paraná, aos Fundos Municipais de Assistência Social. Em 17/07/13, foi
237 publicado o Decreto nº 8543, que regulamentou o repasse e em 06/09/13 foi aprovada a
238 Deliberação nº 065/2013 - CEAS que criou o Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS,
239 com critérios estabelecidos através da Deliberação nº 013/2013 - CEAS, para atendimento, no
240 exercício de 2013, de 86 municípios, que terão direito ao repasse de R\$ 2,50 por família
241 referenciada, até um teto de 2.500 famílias, totalizando o valor mensal de R\$ 6.250,00, que
242 atenderão as ações de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Aprimoramento da
243 Gestão e Benefícios Eventuais. Para 2014, o CEAS/PR já aprovou a expansão de mais 86
244 municípios, totalizando o repasse para 172 municípios no Estado. O CEAS, em parceria com a
245 SEDS, vem buscando, num esforço conjunto, o aporte de recursos orçamentários e financeiros
246 vinculados, para garantir o repasse fundo a fundo a todos os municípios do Estado com a maior
247 brevidade possível, no intuito de garantir o fortalecimento e o cofinanciamento da política de
248 assistência social, que permaneceu estagnada em nosso Estado por muitos anos". **PARECER**
249 **CEAS: Aprovado. 1.6 - Balancete FEAS Setembro e Outubro/2013:** A técnica Marcela
250 Evangelista apresentou os Balancetes de Setembro e Outubro/2013. **PARECER DA**
251 **COMISSÃO: CIENTE.** Num momento de reavaliação, a **Coordenadora Tatiana** informou que
252 as Universidades não tem demonstrado interesse na execução das capacitações do SUAS. O
253 processo encontra-se aberto já há algum tempo e o prazo se esgota em 2011, para assinar o
254 contrato referente ao recurso de 2012. Citou também que a parte metodológica já vem pronta
255 do MDS; os cursos tem duração de 16 horas cabendo às IES o fornecimento de refeições e

256 coffee break. Garantiu o **Conselheiro Plínio** (APAÉ de Jacarezinho) ser necessário efetuar
257 uma mobilização, recebendo uma fundamentação de outros Estados, em benefício dos
258 Municípios que muito necessitam. A sugestão foi acolhida pela **Coordenadora Tatiana**, ainda
259 informando já ter havido contato com Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Uma pesquisa deverá
260 ser encetada junto a outros Estados e todas as Universidades deverão estar cadastradas.
261 **PARECER CEAS: Ciente. 1.7 - Demonstrativo CapacitaSUAS:** A técnica Marcela
262 Evangelista apresentou o questionário do Demonstrativo do CapacitaSUAS. **PARECER DA**
263 **COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: Aprovado. 1.8 - Deliberação Família**
264 **Paranaense:** A técnica Paula solicitou aprovação do CEAS, para que os municípios
265 contemplados pela Deliberação nº 039/2012 (08) e da Deliberação nº 021/2012 (02) que ainda
266 não formalizaram convênio, possam, receber através de repasse fundo e fundo. A solicitação
267 ainda será analisado pelo NJA. **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO PARECER CEAS:**
268 **Aprovado.*** Registrada a chegada da **Conselheira Eunícia** representante da SEJU, Dra.
269 Danielle Vieira (NJA) e Keith da Cruz (Ministério Público). **Comissão de Comunicação**
270 **Articulação e Mobilização - Conselheira Daiana Plano Estadual de Capacitação e**
271 **Educação Permanente no SUAS. 2.1.2 Projetos pedagógicos: Projetos Capacitação Proteção**
272 **Social Especial PEC:** A equipe apresentou os projetos de Capacitação da Proteção Social
273 Especial, conforme solicitação da comissão. Serão 4 cursos cofinanciados pelo FIA, já passaram
274 pelo CEDCA e foram aprovados. Um dos projetos é “A Atuação do Sistema de Justiça e sua
275 Interrelação com os demais Atores do Sistema de Garantia de Direitos na área da Infância e
276 Adolescência. Será um seminário que se realizará em parceria com o poder judiciário, terá
277 duração de 2 dias no início de 2014 em Curitiba. O segundo projeto “Capacitação para o
278 Programa Liberdade Cidadã 2014” tem objetivo fortalecer e de instrumentalizar os técnicos
279 dos CREAS em relação a medidas socioeducativas em meio aberto. Acontecerá em 32 horas por
280 teleconferência, web conferência de forma regionalizada e 8h presenciais em macrorregiões. O
281 terceiro projeto apresentado “Projeto de Capacitação aos Agentes Institucionais para o
282 Trabalho de Aquisição de Autonomia dos Adolescentes e Jovens Acolhidos no Estado do
283 Paraná”, tem por objetivo capacitar os técnicos das unidades de acolhimento institucional de
284 adolescentes e jovens, terá duração de 16h e acontecerá em Curitiba no início de 2014. O
285 quarto curso “Garantia de Direitos à Convivência Familiar e Comunitária – Cuidador de Criança
286 e Adolescente” tem por objetivo de capacitar o cuidador de crianças e adolescentes, o curso
287 será presencial de 3 encontros no período de 3 meses nas macrorregiões. **Parecer da**
288 **comissão: CIENTE. Parecer do CEAS: Ciente.** PEC: A equipe apresentou o andamento do
289 CapacitaSUAS, informou que a licitação deu deserta, as Universidades cadastradas não
290 aderiram a execução dos cursos. Após esta situação foi aberta para as 101 Instituições de
291 Educação Superior do Brasil e até o momento apenas 2 enviaram orçamentos, mas os mesmos
292 ainda não foram avaliados. Parecer da comissão: CIENTE. Demonstrando a sua preocupação, o
293 **Conselheiro Plínio** externou ser necessário exigir um posicionamento escrito, através do qual
294 as Universidades apontam o motivo da recusa em se envolver no processo de
295 capacitação/SUAS. Existe uma implicação em assumir esse compromisso social, chamando-as
296 para uma séria discussão mediante envolvimento do Conselho. Lembrou a **Conselheira Marli**
297 **Mussulini (SETS)** que houve uma mudança de Secretário na SETI e os Reitores também

298 deveriam ser questionados, buscando um entendimento. **Parecer do CEAS: Encaminhar**
299 **ofício a SETI e universidades credenciadas do Paraná junto ao MDS para execução do**
300 **programa CapacitaSUAS buscando resposta relacionado ao não aceite do mesmo.**
301 **Reunião do FONACEAS em Curitiba/PR:** A Secretária Executiva esteve na comissão para
302 expor o andamento da organização do encontro, informou que o material entregue será os que
303 sobraram da Conferência Estadual, juntamente com o material gráfico dos programas em
304 execução pela SEDS e será fornecido coffee-break. O passeio turístico para os participantes
305 será a noite, Jardim Botânico e Opera de Arame, e será por adesão, os participantes deverão
306 fechar uma Van para 15 pessoas, com valor de R\$20,00. A reserva da Van acontecerá
307 mediante aviso prévio dos participantes para a Secretária executiva do CEAS. **Parecer da**
308 **comissão: CIENTE. Parece do CEAS: Ciente. Protocolado nº12.123.069-0: retorno da**
309 **Assessoria Técnica/SEDS sobre o atendimento aos imigrantes:** O NJA respondeu o
310 protocolado informando que não é de sua responsabilidade se pronunciar sobre questões
311 técnicas da Assistência Social (sobre quais os atendimentos da assistência social voltado aos
312 imigrantes no Estado do Paraná), sugere que as indagações sejam feitas a área técnica da
313 SEDS. Essa respondeu indicando que o documento seja avaliado pelo CEAS e encaminhado ao
314 CNAS. **Parecer da comissão:** Encaminhar para a área assessoria técnica da SEDS para elaborar
315 documento que informe os serviços, programas, projetos e benefícios disponíveis para o
316 atendimento ao imigrante e quais os critérios de inclusão dos mesmos no SUAS. Os
317 Conselheiros deram uma atenção especial a questões surgidas e que versavam sobre o
318 atendimento de saúde, dispensado a estrangeiros, levantando os programas que a Assistência
319 Social executa e que poderia beneficiá-los. Segundo o **Conselheiro Artur** (NASA) participando
320 do Conselho Municipal de Saúde, tem conhecimento que em Foz do Iguaçu, existe o
321 **Susfronteira**, que presta atendimento aos cidadãos que não são brasileiros. Por outro lado, o
322 **Conselheiro Pedro Hofmann** relatou que na sua região, o Município de Assis Chateaubriand
323 organizou o programa **Paraná em ação**, onde muitos estrangeiros tiveram um dia inteiro para
324 partilhar dos benefícios dos brasileiros. Segundo a posição da Dra. **Danielle Vieira**,
325 juridicamente está tudo muito claro : - **o atendimento é para todos. Parecer do CEAS:**
326 **Aprovado. Protocolado n12.146.187-0: Ofício n021/2013 do município de Itaperuçu:** O
327 CMAS de Itaperuçu informou que não conseguiu aprovar o Plano Municipal de Assistência
328 Social de 2013 devido não conseguir utilizar a senha e login, conjuntamente a Coordenação da
329 Gestão do SUAS informou que o Plano Municipal de Itaperuçu está regularizado e redigiu
330 orientações ao município. **Parecer da comissão:** Ciente e encaminhar ao CMAS do município de
331 Itaperuçu as orientações da Coordenação da Gestão do SUAS. **Parecer do CEAS: Aprovado.**
332 **2.5 Avaliação do Pacto de Aprimoramento e Gestão do Estado.** A equipe apresentou a
333 pedido do município de Curitiba esta avaliação na CIB e também para a apreciação do CEAS. O
334 Pacto foi deliberado em 2010 pela CIT, elencando 8 prioridades, a equipe apresentou as
335 avaliações de cada uma delas o que totalizou 21 ações (11 realizadas, 8 em execução dentro do
336 prazo, 1 em atraso e 1 revista). A equipe apresentará a plenária. **Parecer da comissão:**
337 **Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. Roteiro do Plano Municipal de Assistência Social:** A
338 equipe da Coordenação da Gestão do SUAS foi apresentou o Plano Municipal de Assistência
339 Social 2014-2017, o qual foi elaborado a partir dos 11 eixos solicitados na NOB/SUAS. Trata-se

340 apenas de um modelo para auxiliar os municípios e os mesmo optam pela utilização caso não
341 tenham o seu próprio modelo. Além disso, a coordenação elaborará um manual de
342 preenchimento do Plano. **Parecer da Comissão: Ciente e de acordo com a proposta do**
343 **modelo. Solicita-se a apresentação do modelo na Plenária para aprovação. *Pacto de**
344 **aprimoramento do SUAS – Coordenadora Tatiana.** Previsto na Resolução nº 17/10 – CIT,
345 pactuando na Resolução nº 05/11 – CIB/PR. - Deliberação do CEAS nº 03/2011, atendendo esse
346 conteúdo até 2014. Algumas explicações foram expostas sobre as 8 prioridades já colocadas
347 pelo MDS e enviadas aos Estados. Posto isso, a **Coordenadora Tatiana** ainda colocou que o
348 Plano Municipal de Assistência já está sendo elaborado nos Municípios, com autonomia para a
349 sua própria construção. Enviou-se apenas uma sugestão de roteiro, desde que atendam os 11
350 eixos expostos pela NOB, que estará anexo a esse formulário. - Avaliou a **Presidente Roseli,**
351 que como documento orientador, esse instrumento é de grande valia, priorizando as
352 informações necessárias. Mais uma vez o **Conselheiro Plínio** sugeriu que os Municípios
353 planejem um levantamento, sobre o impacto que o BPC trouxe aos seus municípios. Foi
354 quando, o **Conselheiro Nircélio** interferiu apontando se possível utilizar um termo mais
355 amplo e adequado – Benefícios Sociais englobaria tudo. Já a **Conselheira Ataíse** expôs que no
356 dia anterior discutiu-se o Plano e houve uma certa euforia pela ajuda que esse instrumento
357 dará aos Municípios. Concluiu ser melhor não proceder alterações, já que se está referindo a
358 Plano Municipal. Também a **técnica Renata (SEDS)** concordou em manter como está,
359 considerando que o BPC, é um benefício específico. Lembrou que o Leite das Crianças é ligado
360 á Segurança Alimentar e Nutricional. Segundo a **Coordenadora Gladys Tortato (SEDS),**
361 apenas 32% da população que recebe o BPC tem cadastro único. Algo muito sério acontece no
362 âmbito nacional. Levando em conta tudo isso, a **Conselheira Ataíse** pontuou que a Lei
363 determina que os Benefícios Eventuais são ações suplementares, em situações temporárias de
364 vulnerabilidade e assim, cada Município tem uma regulamentação própria. **Parecer do CEAS:**
365 **Substituir no item 4.5 onde está Benefícios Eventuais por Benefícios Assistenciais.,**
366 **incluindo 4. 5. 1 Benefícios Eventuais e 4. 5. 2 BPC e Programa de Transferência de**
367 **Renda. Relato do Encontro Nacional de Monitoramento e Vigilância Socioassistencial,**
368 **ocorrido em Brasília- DF, 28 a 30/08/2013:** A Conselheira Ataíse apresentou o relato da sua
369 participação no evento e ressaltou sobre a temática desenvolvida: desafio da vigilância
370 socioassistencial é fazer o retrato real do território através de um sistema de vigilância, utilizá-
371 la para fazer o planejamento da implantação dos equipamentos e serviços. O evento resgatou
372 toda a legislação da Assistência Social. A conselheira propôs os seguintes encaminhamentos
373 para o CEAS: trazer para a pauta de discussão do CEAS a forma como está sendo construído o
374 Setor de Monitoramento e Vigilância Socioassistencial do Estado; Incluir no Plano Estadual de
375 Capacitação cursos acerca do tema; Ao Estado mobilizar e assessorar os municípios quanto à
376 estruturação do setor de Vigilância Socioassistencial. **Parecer da comissão: Ciente e que as**
377 **solicitações da conselheira sejam providenciadas. Parecer do CEAS: Ciente. Para**
378 **conhecimento: capacitação promovida pelo FOREAS/FOZ a todos os conselheiros**
379 **municipais da região de Foz do Iguaçu:** O Conselheiro Arthur informou que o evento sera
380 realizado em parceria com o Escritório Regional e tem o propósito de capacitar todos os
381 conselheiros e não apenas por representação como acontece em eventos estaduais, além disso

382 levou em consideração que os municípios não possuem recursos para financiar todos os
383 conselheiros em capacitações . A capacitação abordará todas as legislações e normativas para
384 o exercício do controle social. O Conselheiro também apresentou os eventos que participou em
385 sua região. **Parecer da comissão: CIENTE. Parecer do CEAS: Ciente. Inclusão de pauta:**
386 **A comissão solicita para a pauta da próxima reunião a realização de avaliação do site**
387 **do CEAS com a presença da comunicação e secretaria executiva, com o objetivo de**
388 **discutir e aprimorar as informações publicadas. Parecer do CEAS: Aprovado.**
389 **Comissão de Documentação e Rede Sócio Assistencial - Conselheira Lindalane -**
390 **(Cohapar). 3.1- Ofício nº 087/2013 do CMAS de Guarapuava:** Em relação ao ofício nº
391 087/2013 do CMAS de Guarapuava, o qual informa as dificuldades encontradas no processo de
392 manutenção da inscrição da Entidade Serviço de Obras Sociais Airton Haenisch – SOS, o CEAS
393 manifesta ciência em relação aos fatos narrados solicitando ainda, ao CMAS de Guarapuava,
394 informações a cerca do andamento do Plano de Providências pactuado junto a entidade com
395 envio do Plano e do prazo estabelecido para as devidas adequações, com a participação dos
396 técnicos do órgão gestor da Assistência Social e da Entidade. **Parecer da Comissão:** Ciência e
397 encaminhamento de ofício solicitando ao CMAS de Guarapuava informações a cerca do
398 andamento do Plano de Providências pactuado junto a entidade com envio do Plano e do prazo
399 estabelecido para as devidas adequações, com a participação dos técnicos do órgão gestor da
400 Assistência Social e da Entidade. **Parecer do CEAS: APROVADO. 3.2 - Protocolado sob o nº**
401 **11.960.936-4: recurso da Fundação Weiss Scarpa, quanto ao indeferimento da**
402 **renovação da inscrição junto ao CMAS:** Atendendo a solicitação do CEAS de visita técnica a
403 Entidade e elaboração de um novo parecer técnico por comissão composta por técnico do
404 Escritório Regional de Curitiba, Conselheiro do CMAS de Pinhais e Conselheira Daiana do
405 CEAS, foi encaminhada a informação técnica através do Escritório Regional de Curitiba em 30
406 de setembro de 2013. **Parecer da Comissão:** Com base na análise da documentação e
407 informação técnica da visita realizada, acatamos o pedido de renovação de inscrição da
408 Entidade. **Parecer do CEAS:** Emitir Deliberação aprovando a renovação da inscrição da
409 entidade. **3.3 - Protocolado sob o nº 13.001.080-6: denúncia referente ao**
410 **funcionamento da Instituição de Acolhimento Lar Sagrada Família:** Denúncia anônima
411 sobre a administração da entidade. **Parecer da Comissão:** Encaminhamento ao CEDCA para
412 análise, tendo em vista o público-alvo da entidade. **Parecer do CEAS:** Encaminhar ofício ao
413 CEDCA e ao CMAS de Apucarana solicitando informações sobre o teor da denúncia. **3.4 -**
414 **Protocolado sob o nº 12.096.418-6: retorno do CNAS com as orientações sobre as**
415 **atribuições do CMAS à Entidades que ofertam o PAA: Parecer da Comissão:** A
416 Comissão sugere envio de ofício do CEAS para o CONSEA (Conselho Estadual de Segurança
417 Alimentar e Nutricional), para formalização e/ou regularização dos Comitês Municipais de
418 Segurança Alimentar e Nutricional, onde não está instituído o Conselho Municipal de
419 Segurança Alimentar e Nutricional com a finalidade de realizar o controle da política de
420 Segurança Alimentar e Nutricional subsidiando o CMAS no acompanhamento ao PAA, bem
421 como na emissão de Declaração, Registro e Referendos conjuntamente. Este Comitê ficaria
422 comprometido à participar dos CMAS apresentando a rede de PAA no Município. Referindo-se
423 às questões discutidas sobre a área de Segurança Alimentar, foi dito que os CMAS devem dar

424 suporte aos Conselhos Municipais dessa área, segundo nota técnica já emitida pelo CNAS. Foi
425 a vez da **Conselheira Marli** informar que o PAA é um programa que está sediado na SETS.
426 Nessa Secretaria de Estado estão os servidores Valéria e Carlos Manoel, que poderão prestar
427 maiores esclarecimentos. Garantiu o **Conselho Artur** que todos os Municípios, ao Construir o
428 seu Plano, deverão objetivar com prioridade a constituição do seu Conselho Municipal de
429 Segurança Alimentar e Nutricional. Numa sequência, a **Conselheira Daiana** colocou que todo
430 o processo do PAA está parado e o Conselho Municipal aguarda o parecer do CEAS.
431 Colaborando na informação, a **Conselheira Edite Rocha** expôs que anteriormente um
432 documento afiançava que somente era necessário o parecer do Consea. Hoje é apontada a
433 inclusão do CMAS. Segundo a Secretária Helena, os Conselhos Municipais deverão seguir as
434 diretrizes do Conselho Nacional, assim o necessário será apenas a expedição de uma nota
435 técnica. **Parecer do CEAS: Ampla divulgação da Nota Técnica emitida pelo CNAS.4.**
436 **Comissão de Políticas Sociais: 4.1 Dia Mundial da Alimentação – participação dos**
437 **conselheiros do CONSEA/PR. Parecer da Comissão:** Ciente, o CEAS solicitou à Juliana que
438 a política AS pode se estreitar com a SAN; enviar ofício para o CONSEA/PR colocando-se a
439 disposição. **Parecer do CEAS: Aprovado. 4.2 Protocolado nº12.123.074-7: Solicita**
440 **esclarecimentos referentes ao repasse de recurso aos municípios em situação de**
441 **emergência e calamidade pública. Parecer da Comissão:** a comissão não se sente
442 suficientemente esclarecida na questão da reanálise já executado pelos órgãos de Agricultura e
443 Abastecimento e solicita esclarecimentos referentes aos 2.000 Km de estradas dentro da
444 cidade de Rebouças sendo que o município possui 482 km² de área com 13.599 habitantes.
445 **Parecer do CEAS: Aprovado, solicitar a coordenação de Proteção Especial o Plano de**
446 **Ação do Município de Rebouças aprovado pelo conselho municipal. 4.3 Protocolado**
447 **nº12.168.419-5: construção do CRAS no município de Antônio Olinto. Parecer da**
448 **Comissão:** a comissão acolhe a proposta de encaminhamento à SEDU – PARANÁ CIDADE feita
449 pela Coordenação de Proteção Social Básica, e, cabe lembrar, que este município pode se
450 candidatar proposta para o edital 15/2013 SEDS – que a Secretaria Executiva envie ofício a
451 este município informando. **Parecer do CEAS: Solicitar a Coordenação de Proteção**
452 **Básica a busca junto ao Paraná cidade da situação sobre a construção do CRAS do**
453 **município de Antônio Olinto, com base em resolução 020/2009.** Alguns esclarecimentos
454 foram solicitados, com referência à construção do CRAS para os Municípios contemplados pela
455 Deliberação nº 15. A Coordenadora **Gladys Tortato (SEDS)** esclareceu algumas questões, já o
456 **Conselheiro Plínio** pontuou a necessidade de se ter um histórico dos CRAS contido num
457 levantamento geral dessas construções, que poderá ser cedido pelo próprio órgão Paraná
458 Cidade. Lembrou a **técnica Leonor (SEDS)** que existe o Projeto MÃE, onde estão contidas
459 todas as Deliberações. Na sequência, a Mesa Diretora bem como o plenário, abordaram uma
460 questão referente ao Município de Rio Branco do Sul, cujo desdobramento suscitou algumas
461 dúvidas. O desfecho da discussão culminou com a decisão de convidar o Procurador do Estado,
462 **Dr. Joel Samways Neto**, do Núcleo Jurídico da Administração (SEDS), para que comparecesse
463 ao 7º andar. Atendendo prontamente a convocação, **Dr. Joel** teve conhecimento do assunto
464 através do relato da **Coordenadora Gladys Tortato**. O município de Rio Branco do Sul
465 pleiteava a construção de um CRAS, porém não detinha a certidão negativa exigida. Ao

466 recorrer, a Procuradoria Geral assinou um parecer favorável alegando que a ausência desse
467 documento não seria impedimento para ser atendido. O Procurador **Joel Samways** registrou
468 que a Lei Estadual estabelece essa exigência, porém a Lei complementar nº 101/2000
469 determina que, quando a natureza da despesa é relacionada à saúde, e assistência social, esse
470 tipo de certidão não impedirá o pleito, estando pois a questão pacificada. Como a Lei continua
471 em vigor, é exigido esse cumprimento. Sabe-se que a Associação dos Municípios fez uma ação
472 coletiva e todos os Municípios a ela se reportavam, conseguindo ter assim atendidos os seus
473 pedidos. Nesta esteira, caso o Conselho desejar, é possível solicitar o auxílio de um Deputado
474 para proceder a alteração da Lei, Estadual, para não ficar sem simetria com a Lei
475 complementar. Fazendo um parêntese, a **Presidente Roseli** apontou que nessas condições,
476 alguém que já havia sido contemplado no ranqueamento será tirado, para dar lugar a outro
477 Município determinado pela Justiça. Posto isso, o **Procurador Joel Samways Neto** ainda
478 lembrou que o CEAS/PR é um órgão estadual e terá de seguir as regras determinadas pela Lei
479 Estadual, porém o Judiciário poderá exigir uma aplicação diferente. Esse Município que entrou,
480 foi excluído pela falta de documentação e agora retorna para o seu antigo lugar, não tirando,
481 pois, o espaço de ninguém. Enquanto servidores do Estado é necessário cumprir a Lei
482 Estadual. No seu entendimento, o **Conselheiro Plínio** apontou que se outros Municípios
483 ranqueados, fossem excluídos, também poderão impetrar um mandado de segurança e exigir o
484 benefício baseados na Lei Complementar. Outro assunto que gerou diversos comentários foi o
485 fato de alguns Municípios elaborarem um decreto, diminuindo a carga horária de trabalho para
486 6 horas, em função de redução de custos. Os Conselhos Tutelares devem estabelecer plantão, e
487 por orientação do CONANDA devem cumprir o horário do administrativo Municipal. É dever
488 das Prefeituras e o Ministério Público é o órgão fiscalizador. **4.4 Protocolado nº13.002.538-**
489 **2: Denúncia referente ao CRAS e CREAS do município de Nova Esperança. Parecer da**
490 **Comissão:** a comissão acolhe as informações contidas no relatório de sindicância realizado
491 pelo ER/SEDS de Maringá no município de Nova Esperança, e, solicita à secretaria executiva
492 do CEAS que envie cópia deste relatório ao MP de Nova Esperança bem como para a ouvidoria
493 da SEDS. **Parecer do CEAS: Aprovado 4.5 Protocolado nº13.001.727-4: município de**
494 **Campina Grande do Sul - para conhecimento e providências necessárias. Parecer da**
495 **Comissão:** a comissão tem conhecimento do protocolo e solicita um posicionamento do CMAS
496 local quanto à desistência da adesão do Família Paranaense; e à SMAS esclarecimento da
497 seleção e acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social. **Parecer do**
498 **CEAS: Encaminhamento de ofício ao CMAS e SMAS informando sobre a desistência da**
499 **adesão ao Programa Família Paranaense, ainda como está ocorrendo o**
500 **acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social. 4.6 Metas**
501 **Desenvolvimento CRAS 2012; Parecer da comissão:** aprova o novo cronograma
502 apresentado pela CPSB. **Parecer do CEAS: Que este cronograma seja disponibilizado**
503 **para todos os conselheiros. 4.7 Relatório das situações construções de CRAS; Parecer**
504 **da Comissão:** conforme o posicionamento do ER de Ponta Grossa, e possibilidade de
505 agilização nos processos de inicialização destas construções, a comissão quer parecer do
506 Jurídico da SEDS para inserir nos novos projetos cláusulas que determinem prazos para início e
507 conclusão de obras, e solicitar dos CMAS dos municípios que se pronunciem sobre a execução

508 dos seus serviços – Castro, São Jerônimo da Serra, Campo do Tenente e Engenheiro Beltrão.
509 **Parecer do CEAS: Os referidos municípios já foram oficiados sendo que o CEAS está**
510 **aguardando as respostas. 4.8 Retificação Deliberação nº 084/2013 CEAS/PR: Parecer**
511 **da Comissão:** a comissão acolhe as alterações assim dispostas: No terceiro parágrafo retira o
512 município de Rio Branco do Sul, No quinto parágrafo trocar o saldo de 04 unidades para 03
513 unidades de CRAS; No art: 1º retirar o município de Ivaiporã – tendo em vista que foi
514 contemplado na expansão do Governo Federal para construção de CRAS em 2013; O parágrafo
515 1º - os primeiros 4 para 3 municípios. **Parecer do CEAS: Ciente. 4.9 Plano de**
516 **Reordenamento do acolhimento institucional. Parecer da Comissão:** a comissão é
517 favorável ao documento preliminar que servirá de subsídios para Câmara Técnica de
518 Reordenamento da CIB apresentado pela CPSE. **Parecer do CEAS: Ciente. 4.10 Para**
519 **conhecimento: Protocolado nº13.001.226-4: Recomendação Administrativa nº02/2013**
520 **ao município de Faxinal. Parecer da Comissão:** ciente, e que seja encaminhado para cópia
521 para conhecimento do CEDCA e para as coordenações da SEDS. Solicita também que o
522 ER/SEDS acompanhe os reordenamentos do município. **Parecer do CEAS: Ciente. 4.11**
523 **Inclusão de Pauta: Redução do horário de funcionamento dos equipamentos da**
524 **Assistência Social nos municípios do Estado do Paraná: Parecer da Comissão:** a
525 comissão sugere que os municípios e CMASs recebam recomendação técnica a ser elaborada
526 pela SEDS, afim de reforçar as orientações referentes às atividades, nos CRAS e CREAS, os
527 quais possuem demandas de atendimento continuadas, tipificadas e estabelecidas, inclusive, no
528 que se refere aos horários e dinâmicas de rotina – solicitar apoio do MP para que possam se
529 posicionar junto as associações de municípios no fomento do ideal na oferta de serviços. E
530 referente aos horários de funcionamento dos CTs, solicitar à Unidade Técnica da Política da
531 Criança e do Adolescente da SEDS elaboração e emissão de Nota Técnica para os municípios.
532 **Parecer do CEAS: Emissão de Nota Técnica elaborada pela SEDS com recomendação**
533 **sobre o horário de atendimento dos equipamentos da rede SUAS, bem como oficial o**
534 **CEDCA sobre a emissão dessa Nota Técnica uma vez que abrange os Conselhos**
535 **Tutelares.** Na oportunidade seguinte, a **Assistente Social Keith** que representava o MP
536 ressaltou que informará a todos os Promotores das Comarcas Paranaenses, que procedam
537 contato com os gestores; no entanto é função da Secretaria da Família orientar os Municípios.
538 **Comissão da Frente Parlamentar – Secretária Executiva Helena N. Gimenez.** Foi
539 demonstrado que o próximo passo dessa Comissão seria realizar a análise das propostas da
540 Conferência Estadual/2013, separando aquilo que seria da Competência do Legislativo. A
541 urgência prende-se ao fato de que a ALEP entrará em recesso e assim o encaminhamento será
542 no início do próximo ano, com o devido acompanhamento do CEAS/PR. **Censo Conselhos –**
543 **2013.** A Secretária Helena repassou ao plenário a cópia do instrumento por ela preenchido,
544 sendo aberto a possíveis correções. Mediante leitura foram feitas algumas inserções. , e o
545 documento foi considerado **aprovado. Calendário de reuniões do CEAS/PR – 2014.** A
546 Planilha foi colocada em tela – **APROVADO. * Avaliação das Conferências Regionais e**
547 **Estadual de Assistência Social.** A Secretária Executiva Helena referiu-se à reunião
548 trimestral dos CEAS de todo o Brasil, realizada em Brasília, da qual participou. Revelou ter
549 sentido uma certa decepção, ao constatar que muitos Estados não tiveram condições de

550 realizar as suas Conferências. Os participantes mostraram surpresa ao ter conhecimento que o
551 Paraná garantiu o pagamento das passagens, alimentação e hospedagem para os seus
552 convencionais. Falando com exclusividade, **Helena Gimenez** comunicou que dos 564
553 delegados, participaram do evento 466, com 85 observadores e cerca de 50 convidados. Vale
554 dizer que as palestrantes que lá compareceram desempenharam o seu papel, sem ônus!
555 Colocou também que o dia 24 foi estipulado como sendo o prazo limite para apresentar o
556 relatório final e apenas 7 estados o fizeram. Já o documento digital poderá ser encaminhado em
557 até 120 dias. Relatou que as fichas de avaliação apresentaram um conteúdo dos mais positivos.
558 Com 68 fichas preenchidas, a maioria dos itens apontou os itens **excelente e bom**. Sabendo
559 que nenhum evento de grande porte é constituído somente de bons momentos, foi revelada a
560 situação do transporte, com alguns erros no trajeto dos ônibus e más condições dos veículos.
561 Voltando ao passado, comunicou-se também que a Conferência Estadual de 2011, foi a primeira
562 que forneceu transporte para todos os participantes governamentais e da sociedade civil. Pediu
563 a palavra a **Conselheira Marli (SETS)** relatando que na última Assembleia do CEDCA/PR
564 presidida interinamente pelas **Conselheiras Débora e Marcela**, houve um manifesto das
565 **Conselheiras Ires e Nadir**, com expressivos elogios dirigidos à Comissão Organizadora e à
566 SEDS pelo êxito alcançado na realização da Conferência Estadual. Essa manifestação foi
567 referendada pelo **Conselheiro Plínio**, afirmando que nos bastidores todos trabalharam com
568 afinco. Abriu também um espaço para enaltecer a fala de encerramento, à cargo da Sra. Regina
569 R. Costa (SEC), que antevendo um momento de possível crise, pronunciou-se de forma branda
570 e elevada, anulando a exaltação de alguns ânimos. Assim, os trabalhos foram pautados de
571 forma técnica, coesa, e comprometida contribuindo para construir o esperado êxito. Na
572 sequência, foi a vez da **Conselheira Lindalane (COHAPAR)** usar da palavra, afirmando que
573 nos seus 29 anos de Serviço Social não iria esquecer a grata surpresa experimentada pela
574 qualidade dessa Conferência. Elogiou também a sutileza da fala final (Sra. Regina Costa), bem
575 como o gesto gentil da **Presidente Inês Roseli para com o Vice - Presidente Leandro**
576 **Meller**, sabendo compartilhar de forma justa e desprendida a abertura solene do evento.
577 Seguiu-se na sequência os cumprimentos da **Conselheira Edite Rocha** bem como da
578 Coordenadora **Gladys Tortato**. Essa disse ser muito necessário agradecer a todos que
579 contribuíram para esse sucesso: - avaliou que participou de todas as Conferências até a
580 presente data, considerando que essa foi uma das melhores, inclusive sob a ótica do
581 CEDCA/PR. Já o **Conselheiro Pedro Hofmann** afirmou não ter podido participar desse
582 evento, porém teve diversas informações dessa excelência. Aproveitou o ensejo para também
583 elogiar o desempenho do **técnico Pedro Carneiro (da SEDS)**, sobre a palestra ministrada na
584 sua região. Oficializando a questão, a **Conselheira Marli (SETS)** ressaltou os seus
585 cumprimentos dirigidos à equipe da Secretaria Executiva pelo profícuo trabalho encetado.
586 Considerou de muita dignidade a atitude demonstrada pela Presidente Roseli dirigida ao Vice -
587 Leandro, dividindo os louros da vitória. Entre tantas afirmações, apontou o belo trabalho nos
588 bastidores, exercido pela Dra. Danielle Vieira (NJA). Assim como do **técnico Pedro (SEDS)**
589 atuando no SENAC com cerca de 90 convencionais. Com a garantia de um diálogo aberto, a
590 **Presidente Inês Roseli Tonello** desejou ressaltar sobremaneira a grandeza da X Conferência
591 Estadual, destacando a presença e força verificadas nos componentes da Mesa de abertura, a

592 começar pelas figuras da Sra. Secretária de Estado da Família, **Fernanda Richa**, da Secretária
593 Nacional, **Denise Colin**, demais autoridades e **Conselheiro Artur dos Santos Andrade**,
594 representando os usuários, cada um deles tendo os seus louros. Valorizando o desempenho de
595 toda a Comissão Organizadora, a Presidente do CEAS/PR qualificou a atuação da equipe da
596 Secretaria Executiva como grandiosa. Não seria possível olvidar também o desempenho
597 excelente do ator principal desse processo, o Vice – Presidente e Assessor Técnico / SEDS
598 **Leandro Nunes Meller**, cujo espaço foi considerado merecidamente dele. Nesse ponto, a
599 **Conselheira Delvana (SEED)** informou ter um compromisso agendado, motivo pelo qual
600 solicitava que fosse adiantado o seu ponto de pauta : “ **Acompanhamento da frequência**
601 **escolar no Programa Bolsa Família” (transferência de renda com condicionalidades).**
602 A técnica da SEED abordou os órgãos de controle, pessoas envolvidas e os dados no Paraná! *
603 399 Municípios - * 7.300 escolas - * 567.000 alunos beneficiados – 32 Núcleos Regionais.,
604 envolvendo as Secretarias Municipais de Educação e Coordenador Municipal da Frequência
605 Escolar, com 92.580% de acompanhamento. Apresentou-se um relatório gerencial, trazendo o
606 resultado por estado. Foi destacada a taxa líquida da Região Sul, considerada a melhor média
607 de acompanhamento. (98,11%). Foi garantido ser necessário avançar, buscando cada vez mais
608 a questão pedagógica. No Encontro Estadual, foram planejadas e discutidas diversas ações,
609 que venham a estimular crianças a não faltarem as aulas, mais identificando os motivos pelo
610 quais isso ocorre, entre eles doenças físicas, psicológicas, mentais, ausência de documentação
611 etc. Posto isso, apresentou-se o relatório gerencial com os 399 Municípios e também de cada
612 Escola individualizada. A convergência de esforços trouxe na tela as imagens dos trabalhos
613 realizados com os Núcleos Regionais em 2013. Num manifesto, o **Coordenador Nircélio**
614 **Zabot** deixou evidenciado que graças ao magnífico trabalho desenvolvido pelos técnicos
615 **Delvana e Glauco (da SEED)**, o Estado do Paraná mereceu o lugar de destaque no qual se
616 encontra. *Criação do grupo de acompanhamento de transferência dos acolhidos -
617 “**Associação Padre João Ceconello**”. Deverão ser indicados dois Conselheiros da Sociedade
618 Civil (Artur e Inês Roseli), contando com os técnicos da PSE e Ministério Público. Os
619 representantes do segmento Governamental serão escolhidos na sequência, com o
620 agendamento prévio de 1 ou 2 reuniões, nas quais deverão estar presentes. Foram distribuídas
621 cópias da NOB/SUAS para todos os Conselheiros. ***Informes Gerais. * Relato de Comissão**
622 **Intersetorial de Convivência Familiar e Comunitária – Conselheira Daiana.** Desde logo,
623 foi comunicado que algumas reuniões já ocorreram, nas quais discutiu-se o Plano Estadual e a
624 própria Campanha, sendo coletadas histórias reais que embasarão a criação das peças.
625 (Campanha contra a violência). Deverão ser indicados dois Conselheiros da Sociedade Civil
626 **(Artur e Inês Roseli)**, contando com os técnicos da PSE e Ministério Público. Os
627 representantes do segmento Governamental serão escolhidos na sequência, com o
628 agendamento prévio de 1 ou 2 reuniões, nas quais deverão estar presentes. Foram distribuídas
629 cópias da NOB/SUAS para todos os Conselheiros.* **Programa Família Paranaense – Técnica**
630 **Paula.** Relatou-se que a Lei Estadual nº 17.734 referente a esse programa de transferência de
631 renda foi sancionada pelo Sr. Governador do Estado, contendo as competências do Estado e
632 Municípios, bem como os projetos complementares. A força dessa Lei garantirá a continuidade
633 do programa pelos próximos anos. * **Publicação do Edital – construção de CRAS/2014.** Foi

634 repassado ao plenário a informação de que esse edital já foi publicado, estando disponível no
635 site do Conselho. Por outro lado, os Municípios foram devidamente comunicados. (anexa a
636 Deliberação do CEAS/PR) * **Emendas Parlamentares Federais - (até dia 11)**. Projeto Lúdico
637 já aprovado, com Deliberação também publicada. Proposta : livros, e jogos para trabalhar o
638 fortalecimento de vínculos de 0 a 17 anos. * **Criação do grupo de trabalho para o Plano**
639 **Estadual de reordenamento**. Indicadas as Conselheiras Delvana Oliveira (SEED) e Maria
640 Auxiliadora M . de Lima (PAIF / CRAS) para integrar esse GT. Consciente da sua
641 responsabilidade e elevada missão, a **Presidente Roseli Tonello** acompanhada da
642 representante dos Escritórios Regionais da SEDS, **Franciele Shimtzt**, agradeceu a
643 participação dos integrantes do Conselho, desejando-lhes um feliz retorno. Assim, a
644 Assembleia Ordinária do CEAS/PR foi encerrada às 18:00 horas. A presente ata foi gravada e
645 redigida por Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), digitada e formatada por Matheus
646 Duarte da Silva, sendo a Secretaria Executiva Helena Navarro Gimenez.